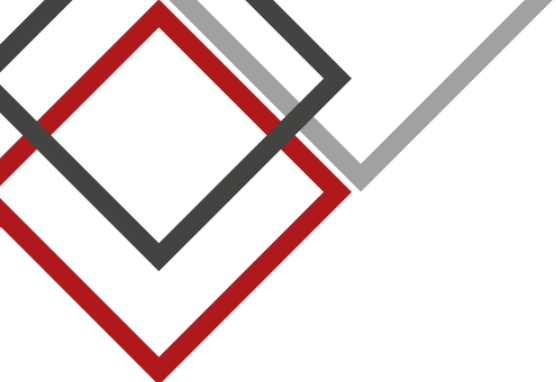




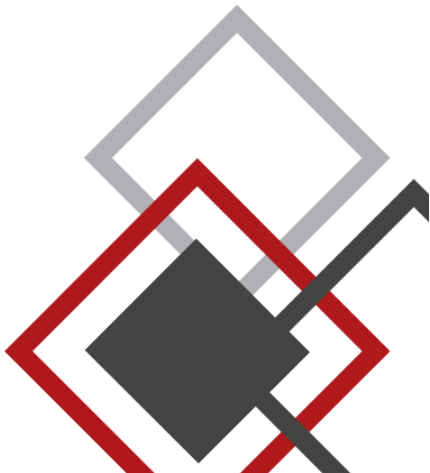
2025

OFICINAS DE
**PESQUISA
E JURISPRUDÊNCIA**

1º SEMESTRE



Escola de
Formação
Pública



Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

1º semestre de 2025

Informações gerais

Objetivos do programa

A Escola de Formação Pública tem por objetivo formar um conjunto de habilidades e competências dos estudantes em diversas dimensões. No primeiro semestre, os objetivos do programa se relacionam, tematicamente, com a construção de uma visão crítica por cada aluna e aluno a respeito do papel do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos de controle no arranjo dos Poderes e no desenvolvimento do direito. Individualmente e coletivamente, este período vai também privilegiar a construção de uma identidade de grupo e da autonomia dos estudantes quanto à organização de estudos e escolha de temas de pesquisa.

Ao final do semestre, as/os estudantes serão capazes de:

- Entender termos e conceitos básicos relacionados a controle de constitucionalidade, diálogo institucional e processo decisório do STF;
- Ler criticamente decisões judiciais e avaliar a qualidade dos argumentos e do processo decisório do Supremo Tribunal Federal a partir de vários critérios;
- Relacionar a atuação do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos de controle com o desenvolvimento do direito público brasileiro;
- Gerenciar um projeto de pesquisa da concepção, à execução até a apresentação final, atentando-se ao rigor metodológico e ao caráter empírico da pesquisa.

Formas de avaliação

Para que a Coordenação possa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, a Escola de Formação Pública conta com uma série de instrumentos de avaliação e feedback:

Os alunos e alunas são avaliados em três frentes: (i) **presença**, exigindo-se 80% de presença mínima em cada curso (oficinas de pesquisa, oficinas de jurisprudência e grupo de estudos de direito administrativo, em cada semestre); (ii) **participação nos debates em sala de aula** e (iii) **produção de iniciação científica/monografia**.

O acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes na preparação e participação em aula se dá por meio de conversas individuais com a Coordenação e de tutoria individualizada realizada por um aluno recém egresso da escola. O acompanhamento da produção e entrega da monografia ocorre com programa também individualizado de orientação, momentos de discussão coletiva dos projetos de pesquisa e dos relatórios parciais de pesquisa e em banca de avaliação da monografia no final do ano.

O desempenho de um (a) aluno (a) da Escola de Formação será:

EXCELENTE, e por isso apto à distinção, quando demonstrar:

- Empenho, respeito e frequência nos programas do curso;
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa;
- Relevância nos debates, seja por meio de comentários que explicitam premissas ocultas nas participações dos colegas, seja por meio de sínteses construtivas do que os colegas falaram, seja por meio de observações críticas pertinentes sobre o material de leitura para a aula, seja por meio de correções de rumo ou inserção de novos problemas nos debates;
- Raciocínio crítico referente ao material discutido;
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente, relevante para o tema pesquisado e que possa ser ponto de partida para novas pesquisas (individuais ou de terceiros).

BOM, quando demonstrar:

- Empenho e frequência nos programas do curso (ex. leituras, participação nas atividades,

- interação com os colegas e a coordenação);
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa (ex. atendimento ao cronograma, condução simultânea dos trabalhos de pesquisa e dos demais programas);
- Empenho em participar dos debates para contribuir com o tema discutido, bastando para isso que traga uma leitura interessante ou o seu ponto de vista sobre a questão;
- Capacidade de identificar os principais problemas trazidos pelo material de preparação prévia e de relacioná-los com outros problemas tratados anteriormente no curso;
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente.

INSATISFATÓRIO, quando demonstrar:

- Não atendimento dos requisitos mínimos de frequência e horários, não realização das leituras e falta de engajamento nas atividades previstas para o programa;
- Falta de participação nos debates ou participação que se limita a reproduzir sentidos comuns ou opiniões já expressadas anteriormente no debate;
- Desrespeito em relação à opinião dos colegas, à coordenação ou a terceiros;
- Não entrega da monografia no prazo estabelecido ou entrega de monografia incompleta.

Temas e objetivos das aulas

O primeiro conjunto de aulas tem por objetivo contextualizar as discussões que faremos ao longo do programa, começando por conhecer a composição e estrutura do nosso principal objeto de estudo, o Supremo Tribunal Federal. As aulas vão tratar das características gerais e atividades do STF e das principais questões sobre organização interna e imagem pública da Corte. As primeiras aulas também vão promover conhecimentos e ferramentas básicas sobre como ler uma decisão e apresentar conceitos básicos sobre pesquisa empírica e estrutura de um projeto de pesquisa.

Em seguida, as oficinas de jurisprudência vão trazer discussões sobre como o Supremo Tribunal Federal, ou outros órgãos de justiça e controle abordados, chegam às suas decisões. Quem são os atores que ajuízam demandas? Por que eles escolhem o STF ou outros Tribunais e quais interesses estão envolvidos? De que maneira esses elementos influenciam a tomada de decisão nos tribunais brasileiros?

As aulas terão por objetivo levar os alunos a:

- Entender diferentes caminhos para se chegar ao STF;
- Entender termos e conceitos básicos de controle de constitucionalidade;
- Entender diferentes formas de resposta dadas pelo STF;
- Analisar o papel de elementos externos à argumentação e à decisão;
- Avaliar a posição do STF no arranjo dos Poderes;
- Entender conceitos básicos de procedimento e estrutura do Tribunal;
- Entender termos e conceitos básicos relacionados a precedentes constitucionais;
- Analisar a consistência e a coerência de argumentos utilizados nos votos.

As oficinas de pesquisa, por sua vez, em aulas intercaladas com as de jurisprudência, vão aprofundar o passo a passo da elaboração de um projeto de pesquisa empírica em jurisdição constitucional, abordando temas como: elaboração de uma pergunta de pesquisa, recorte temático e temporal, análise de fontes, métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos. Nas oficinas os alunos vão entrar em contato com diferentes projetos e monografias elaboradas na sbdp.

Materiais de leitura

Os materiais se dividem em (i) **obrigatórias** (ii) **complementares** e (iii) **de formação**. O material obrigatório é imprescindível para acompanhar e participar das aulas. Os materiais complementares se referem diretamente à abordagem principal da aula e agregam novas informações ou pontos de vista sobre o mesmo assunto. Por fim, as leituras de formação trazem outras referências no tema, que não estão presentes diretamente na aula, mas podem ser utilizadas para aprofundar ou acessar outras discussões relevantes à temática.

Informações administrativas

Carga horária: 52 horas (63,3 horas-aula).

Data de início: 12/03/2025

Data de término: 27/06/2025

Dias da semana: Quartas e sextas-feiras (encontros regulares).

Horários: Quarta-feira, das 14h às 15h40; Sexta-feira, das 14h às 15h40.

Presença mínima: 80% das sessões do primeiro semestre e 80% das sessões do segundo semestre de cada uma das atividades que compõem a ESCOLA DE FORMAÇÃO PÚBLICA (oficinas de jurisprudência constitucional, oficinas de pesquisa e metodologia).

Materiais didáticos: os materiais de preparação prévia poderão ser obtidos no site da sbdp (www.sbdp.org.br) ou serão enviados por e-mail.

Dúvidas e comunicação: em caso de dúvidas, problemas, sugestões: ef.sbdp@gmail.com.

Para outras informações, contatar os membros da Coordenação e verificar o **Termo de Compromisso** do curso.

Coordenação acadêmica

Mariana Vilella

Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Contato: marianavilella.mv@gmail.com

Yasser Reis Gabriel

Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados

Abel Costa Marinho

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade de Presbiteriana Mackenzie (UPM) . Aluno da Escola de Formação da sbdp (2024).

Cronograma de aulas

Data	Tema	Professor(a)	Sala
12/03 (Q)	Boas-vindas - encontro de abertura	Equipe sbdp	501PB AB
14/03 (S)	Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais	Equipe sbdp	201PB A
19/03 (Q)	Visita: Museu das Favelas	Equipe sbdp	201PB A
21/03 (S)	Como ler acórdãos do STF?	Guilherme Forma Klafke	201PB A
26/03 (Q)	Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição	Ana Luiza Gajardoni de Mattos Arruda	201PB A
28/03 (S)	Oficina de Pesquisa: O que é pesquisa empírica em Direito?	Tatiane Guimarães e João Pedro Favaretto Salvador	201PB A
02/04 (Q)	Equilíbrio ou desequilíbrio entre os Poderes? O caso do porte de drogas no STF e no Congresso Nacional	Julia Lillo	201PB A
04/04 (S)	Controle de constitucionalidade ou interferência nos Poderes? O caso das nomeações políticas anuladas pelo STF	Gibran D'Avila e Marco Antônio Costa	201PB A
09/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: Diálogo acadêmico	Tatiane Guimarães e João Pedro Favaretto Salvador	201PB A
11/04 (S)	Quem controla o julgador? Impedimento e suspeição de Ministros do STF	Luíza Pavan Ferraro	201PB A
16/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: Como fazer análise de Jurisprudência	Bruno da Cunha de Oliveira e Jacqueline Leite	Remoto
18/04 (S)	Feriado: Paixão de Cristo		
23/04 (Q)	Desenho institucional dos Poderes: O voto secreto no Poder Legislativo	Bruno da Cunha de Oliveira	203PB AB
25/04 (S)	ADPF 976 e a responsabilidade dos municípios com a população em situação de rua	Luciana Ribas	404PB AB
30/04 (Q)	Oficina de Pesquisa: Como construir um projeto?	Vivian Rocha	203PB AB
02/05 (S)	Feriado: Dia do Trabalhador		

07/05 (Q)	O Estado laico na Constituição: Por que o Brasil tem feriados religiosos e símbolos cristãos nos Tribunais?	Natália Santana dos Santos	203PB AB
09/05 (S)	Oficina de Pesquisa: Uso de IA em pesquisas acadêmicas	Luiz Pimenta	404PB AB
14/05 (Q)	A Lei de Anistia e crimes permanentes: que decidiu o STF?	Giovanna Semeraro	203PB AB
16/05 (S)	Oficina de Pesquisa: como utilizar os métodos de entrevista e questionário	Karine de Paula Bernardino	404PB AB
21/05 (Q)	Ações afirmativas e autonomia universitária: É constitucional a reserva de vagas para alunos de determinada região?	Jacqueline Leite	203PB AB
23/05 (S)	Concessão de medicamentos pelo Poder Judiciário: Temas 6, 793 e 1234 do STF	Mariana Püschel	404PB AB
27/05 (Terça-feira)	Entrega do pré-projeto		
28/05 (Q)	Visita: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo		
30/05 (S)	STF e o Direito Trabalhista: O julgamento sobre trabalho nas plataformas digitais	Olivia Pasqualetto	404PB AB
04/06 (Q)	ADO 26 e a criminalização da homotransfobia	Leticia Siqueira das Chagas e Leonardo Cleston Mariz	201PB AB
06/06 (S)	Legítima defesa da honra e a soberania do tribunal do júri	Ana Beatriz Passos	404PB AB
11/06 (Q)	Discussão dos pré-projetos	Equipe sbdp	404PB AB
13/06 (S)	O sistema processual penal brasileiro precisa de um juiz de garantias?	Fábio Lopes Toledo	404PB AB
18/06 (Q)	Atividade econômica vs serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios	Clarissa Mesquita	404PB AB
20/06 (S)	Feriado: Corpus Christi		
25/06 (Q)	Gestores públicos têm direito ao erro? O Art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF	Juliana Bonacorsi de Palma	404PB AB
28/06 (Sábado)	Entrega do projeto de pesquisa		

Leituras e materiais didáticos

Boas-vindas - encontro de abertura

- Apresentação da equipe;
- Apresentação dos novos alunos e interação com a turma de 2024.

Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais

- Apresentação do programa e estrutura do curso.

Preparação básica (obrigatória):

- OZ, Amós. *Como curar um fanático*. Companhia das Letras, São Paulo. p. 34-49.
(Trecho enviado por e-mail).

Como ler acórdãos?

Preparação básica (obrigatória):

- STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.165.959 SÃO PAULO. Rel. Min. Marco Aurélio. Relator para acórdão Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em sessão virtual de 11/6/2021 a 18/6/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348384226&ext=.pdf>.
- Labirinto de desafios: <https://forms.gle/vj6NugRAFe9139rT8>

Preparação complementar:

- KLAFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019, p. 151-163.

Leitura de formação:

- ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. “Nos termos do voto do relator”: considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF. *Revista Estudos Institucionais*, v. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2GidT63>
- SILVA, Virgílio Afonso da. *O relator dá voz ao STF?* Uma réplica a Almeida e Bogossian. *Revista de estudos institucionais*, v. 2, n. 2, p. 648-669, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2GhChVD>
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas*. Disponível em: <http://bit.ly/2lvOIWD>.
- KLAFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.
- KOERNER, Andrei. *Uma proposta de metodologia para a análise do comportamento dos ministros do STF*. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/proposta-metodologia-para-analise-comportamento-dos.pdf>
- LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. *Dispersão de Fundamentos no Supremo Tribunal Federal/Scattered Arguments in Federal Supreme Court*. *Revista "Direito, Estado e*

Sociedade", n. 48, 2016. Disponível em:
<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Direito%2048%20--%20artigo%205.pdf>

Controle de constitucionalidade: até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição (PECs)

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 466 MC
Inteiro teor
- MS 34448
Decisão Monocrática MC Min. Luís Roberto Barroso
Decisão Monocrática Final Min. Luís Roberto Barroso
- MS 37.721
Decisão Monocrática Min. Luís Roberto Barroso

Preparação complementar:

- Ministro Barroso mantém tramitação da PEC dos gastos públicos na Câmara dos Deputados. Portal de Notícias do STF. Disponível em:
<https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/393410336/ministro-barroso-mantem-tramitacao-da-pec-dos-gastos-publicos-na-camara-dos-deputados>
- Deputados impetram Mandado de Segurança contra PEC que institui Novo Regime Fiscal. Portal de Notícias do STF. Disponível em:
<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/393207850/deputados-impetram-mandado-de-seguranca-contra-pec-que-institui-novo-regime-fiscal>

Leitura de formação:

- ARRUDA, Ana Luíza. *O supremo tribunal federal e o controle judicial de propostas de emenda à constituição*. Tese de Láurea, 2019.

Oficina de pesquisa: O que é pesquisa empírica em Direito?

Objetivos:

Abordar os elementos essenciais que auxiliam na escolha de temas para uma pesquisa empírica, situar a importância da escolha de um tema para o produto final da monografia e trabalhar a viabilidade de diferentes temas de pesquisa.

Equilíbrio ou desequilíbrio entre os Poderes? O caso do porte de drogas no STF e no Congresso Nacional

Preparação básica (obrigatória):

- RE 635.659
Anotações Voto Oral Min. Luís Roberto Barroso
- RE 635.659
Voto em revisão Min. André Mendonça

Preparação Complementar:

- NEXO JORNAL. Comissão do Senado aprova PEC antidrogas em reação ao STF.. Disponível em:
<<https://www.nexojornal.com.br/extra/2024/03/13/comissao-do-senado-aprova-pec-antidr>

ogas-em-reacao-a-stf?utm_medium=email&utm_campaign=14032024_a_nexo&utm_content=14032024_a_nexo+CID_2a6ce12707a9a4c8a437db80cbc2ee41&utm_source=Email%20CM&utm_term=nexo>

- CCJ do Senado aprova PEC que criminaliza porte de qualquer quantidade de drogas. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/13/ccj-do-senado-aprova-pec-que-criminaliza-a-porte-de-qualquer-quantidade-de-drogas.ghtml>>.

Leitura de Formação:

- LACERDA, Guilherme Pessuto. A Exclusividade do Depoimento Policial na Condenação dos Crimes de Tráfico de Drogas: uma análise do art. 155 do CPP a partir do entendimento do Superior Tribunal de Justiça; Acesso em: 12/03/2024. Disponível em
<<https://sbdp.org.br/publication/a-exclusividade-do-depoimento-policial-na-condenacao-dos-crimes-de-trafico-de-drogas-uma-analise-do-art-155-do-cpp-a-partir-do-entendimento-do-superior-tribunal-de-justica/>>.

Controle de constitucionalidade ou interferência nos Poderes? O caso das nomeações políticas anuladas pelo STF

Preparação básica (obrigatória):

- MS-MC 34.070/DF
Medida liminar do Min. Gilmar Mendes (p. 1-34)
Acompanhamento processual (disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4948822>)
- MS-MC 34.609/DF
Medida liminar do Min. Celso de Mello (p. 1-25)
Acompanhamento processual (disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5126193>)
- PET 8.104
Min. Luiz Fux
- MS 37.097
Min. Alexandre de Moraes

Preparação complementar:

- ADPF 402/DF
Petição inicial (p. 1-22)
Relatório em revisão (p. 1-12)
Voto em revisão do Min. Marco Aurélio (p. 1-13)
Voto em revisão do Min. Celso de Mello (p. 1-11)
Acompanhamento processual (disponível em:
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4975492>)

Leitura de formação:

- NAVAS, Fernanda Aidar. *O controle de ato administrativo discricionário pelo STF: nomeações a Alta Administração Federal*. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/publication/o-controle-de-ato-administrativo-discricionario-pelo-stf-no-meacoes-a-alta-administracao-federal/>>.

Objetivos:

Abordar como as pesquisas já produzidas na Escola de Formação Pública podem dialogar com as pesquisas a serem produzidas em 2025, refletir sobre como os temas trabalhados na aula anterior aparecem nas monografias da EFp.

Quem controla o julgador? Impedimento e suspeição de Ministros do STF

Preparação básica (obrigatória):

- HC 146666
Arguição de suspeição pela PGR
Manifestação do Min. Gilmar Mendes

Preparação complementar:

- CASTANHO, William. *Supremo arquiva todos os pedidos de suspeição de ministros e viola regimento*, 12.08.2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/supremo-arquiva-todos-os-pedidos-de-suspeicao-de-ministros-e-viola-regimento.shtml>
- Gilmar Mendes suspende ação penal contra 'rei do ônibus' no Rio. Folha de S. Paulo, 07 ago. 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/gilmar-mendes-suspende-acao-penal-contr-rei-do-onibus-no-rio.shtml>

Leitura de formação:

- CRISTINO, Isabella. É possível fiscalizar a imparcialidade do STF? Uma pesquisa sobre o grau de transparência das declarações de impedimento e suspeição dos ministros. Monografia EFp 2018

Oficina de Pesquisa: Como fazer análise de Jurisprudência

Objetivos:

Refletir sobre o tipo de pesquisa que analisa jurisprudência de Tribunais, Informações sobre método, perguntas de pesquisa e dificuldades que permeiam esse tipo de pesquisa empírica. Apontar pontos comuns e distantes a uma pesquisa quantitativa.

Preparação básica (obrigatória):

- Metodologia em Pesquisa Jurídica - Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=89ncB1H7Zo4&t=1s>
- BALBI, Guilherme; KLAFKE, Guilherme Formá; SANTOS, Lucas Custódio. *Controle da relevância e urgência em medidas provisórias pelo STF*. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais v. 2 n. 1 (2022). Disponível em:
<https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/158>

Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo

Preparação básica (obrigatória):

- MS 33.908 (Min. Edson Fachin)
- MS 36.169 (Min. Marco Aurélio)
- MS 35.265 (Min. Alexandre De Moraes)

Preparação Complementar:

- OLIVEIRA, Bruno da Cunha. *Incertezas sobre o voto secreto na eleição para o comando do Congresso*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/incertezas-sobre-o-voto-secreto-na-eleicao-para-o-comando-do-congresso-01022023>
- NASCIMENTO, Roberta Simões. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/defensor-legis/a-votacao-secreta-nas-deliberacoes-do-poder-legislativo-09122020>

ADPF 976 e a responsabilidade dos municípios com a população em situação de rua

Preparação básica (obrigatória):

- Relatório de extensão: PEDRU - O Direito na Rua. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/30d68825-86d8-49db-9ad3-10671a9c3f0a/content>

Preparação Complementar:

- RIBAS, Luciana Marin. **A pessoa em situação de rua como sujeito de direito:** elementos críticos de uma política pública. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-29072022-101629/publico/8665344DIO.pdf>

Oficina de Pesquisa: como construir um projeto?

Objetivos: Abordar o passo a passo de um projeto de pesquisa empírica, explicando o que é pergunta de pesquisa, hipótese, objetivo, dentre outros elementos.

O Estado laico na Constituição: Por que o Brasil tem feriados religiosos e símbolos cristãos nos Tribunais?

Preparação básica (obrigatória):

- ARE 1.249.095/SP
Ementa, acórdão e relatório (p.1-9);
Voto do Min. Cristiano Zanin (p.10-28).

Preparação Complementar:

- VEIGA, Edson. Por que o Brasil tem feriados religiosos se é um Estado laico?. BBC News, Bled - Eslovênia, 23 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0y59py4xpo>

Oficina de Pesquisa: O uso de IA em pesquisas acadêmicas

Objetivos:

Abordar o uso de inteligências artificiais e como elas podem auxiliar na elaboração de pesquisas acadêmicas.

A Lei de Anistia e crimes permanentes: que decidiu o STF?

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 153

Ementa e acórdão (p. 1-4);
Voto do Min. Eros Grau (p.12-46);

- Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund.
Corte IDH. Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_esp.pdf>

Preparação complementar:

- Tema 1369 STF: Manifestação do Min. Flávio Dino. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=11599385>>
- ROTHENBURG, Walter Claudius. CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE DA LEI DE ANISTIA BRASILEIRA. In Revista Direito GV, São Paulo, 9(2) | p. 681-706 | jul-dez 2013.
- TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. Ideias, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 71-93, 2010. DOI: 10.20396/ideias.v1i1.8649306. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649306>>. Acesso em: 7 abr. 2025. (23 fls.)

Oficina de Pesquisa: utilizando os métodos de entrevista e questionário

Objetivos:

Refletir sobre o tipo de pesquisa que utiliza o método de entrevistas ou de questionários. Informações sobre as perguntas de pesquisa e dificuldades que permeiam esse tipo de pesquisa empírica.

Preparação básica (obrigatória):

- LOPES RIBEIRO, Ludmila Mendonça; VILAROUCA, Márcio Grijó. *Como devo fazer entrevistas?* In: MAFEI, Rafael; FEFERBAUM, Marina. Metodologia da Pesquisa em Direito. São Paulo : Saraiva, 2019.

Ações afirmativas e autonomia universitária: É constitucional a reserva de vagas para alunos de determinada região?

Preparação básica (obrigatória):

- RE 614.873/AM
Relatório;
Voto Min. Alexandre de Moraes (p. 12-20);
Explicação, Debate e Questão de Ordem (p. 48-62). Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15364140823&ext=.pdf>>
- Rcl 66.882/PE
Decisão Monocrática;
Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15366787111&ext=.pdf>>
- ALFANO, Bruno. SISU 2025 não teve bônus para alunos locais pela primeira vez desde 2010. O Globo, 22 jan. 2025. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/01/22/sisu-2025-nao-teve-bonus-para-alunos-locais-pela-primeira-vez-desde-2010.ghtml>>

- UNIFAP. UNIFAP não ofertará vagas para graduação via SiSU em 2024. 29 nov. 2023.
Disponível em:
<<https://www.unifap.br/unifap-nao-ofertara-vagas-para-graduacao-via-sisu-em-2024/>>

Preparação complementar:

- RE 1.470.273/SE
Decisão Monocrática
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15364193401&ext=.pdf>>
- Rcl 72.985/MA
Decisão Monocrática
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15371453914&ext=.pdf>>
- Rcl 68.736/AC
Decisão monocrática:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15370545166&ext=.pdf>>

Concessão de medicamentos pelo Poder Judiciário: Temas 6, 793 e 1234 do STF

Preparação básica (obrigatória):

- Tema 6 – RE 566.471
Tese e dispositivo (p.1-8)
- Tema 793 – RE 855.178 ED/SE
Tese e dispositivo (p. 1-4)
Voto do Min Edson Fachin (p. 34-77)
- Tema 1234 – RE 1.366.243
Tese e dispositivo (p.1-9)

Preparação complementar:

- RE 566.471 (Min. Marco Aurélio)
Acórdão
Voto do Min. Marco Aurélio
Debates
Voto do Min. Luís Roberto Barroso
- RE 1.366.243 (Min. Gilmar Mendes)
Inteiro teor

Leitura de formação:

- PÜSCHEL, Mariana Araujo. Concessão de medicamentos para tratamento de doenças hematológicas no STF e no STJ. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/publication/concessao-de-medicamentos-para-tratamento-de-doencas-hematologicas-no-stf-e-no-stj/>>

STF e o Direito Trabalhista: O julgamento sobre trabalho nas plataformas digitais

Preparação básica (obrigatória):

- PASQUALETO, Olívia Q.; LAURA, Ana; et al. RELATÓRIO DE PESQUISA | PRINCIPAIS RESULTADOS Equipe de pesquisa | FGV Direito SP TERCEIRIZAÇÃO E PEJOTIZAÇÃO NO STF: ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:
<<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/193ee852-1b13-44af-9454-6dd5ab6fc9d7/content>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

- Plenário do STF deve examinar reclamação sobre vínculo de emprego de trabalhadores de aplicativos. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=521493&ori=1>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

- Medida Cautelar na Reclamação 64.018
Ministro Alexandre de Moraes

Preparação complementar:

- A proposta de regulamentação para motorista de app. Estadão Podcast. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/a-proposta-de-regulamentacao-para-motorista-de-app/>>.

Leitura de formação:

- AUGUSTO, Alice Maria Gallian. A estratégia de atuação das Centrais Sindicais e o STF: uma análise a partir do controle de constitucionalidade da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/a-estrategia-de-atuacao-das-centrais-sindicais-e-o-stf-uma-analise-a-partir-do-controle-de-constitucionalidade-da-reforma-trabalhista-lei-no-13-467-2017/>>.
- AULER, Manuella. Interpretação Constitucional da Reforma Trabalhista: uma análise a partir das decisões do STF sobre a Lei no 13.467/2017. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/interpretacao-constitucional-da-reforma-trabalhista-uma-analise-a-partir-das-decisoes-do-stf-sobre-a-lei-no-13-467-2017/>>.

ADO 26 e a Criminalização da Homotransfobia

Preparação básica (obrigatória):

- ADO 26
Manifestação da PGR - Relatório
Voto Min. Marco Aurélio
- CORBO, Wallace. *Racismo sem raça? Criminalização da homotransfobia e a invisibilização da negritude*. Portal JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/racismo-sem-raca-criminalizacao-da-homotransfobia-e-a-invisibilizacao-da-negritude-27052019>
- VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. *Racismo homotransfóbico e a população LGBTI como um grupo racializado*. Portal JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/racismo-homotransfobico-e-a-populacao-lgbti-como-um-grupo-racializado-28052019>

Preparação complementar:

- ADO 26
Voto Min. Barroso
Petição - *Amicus Curiae (Antiga e Iluminada Associação Banksiana)*

Legítima defesa da honra e a soberania do tribunal do júri

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 779
Petição inicial
Decisão monocrática do Min. Dias Toffoli

- HC 178.777
Inteiro teor

Preparação complementar:

- RE 1.225.185
Amicus Curiae IBCCRIM

Leitura de formação:

- Sobre legítima defesa da honra: GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Legítima Defesa da Honra*. In: Miguel Reale Júnior; Janaína Paschoal. (Org.). *Mulher e Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 267-287.
- Podcast Praia dos Ossos (Rádio Novelo). Disponível em:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLD-9mG2PTpdBXeFga4AyHQOFKlaoAXLJM>
- Música "Na subida do Morro", de Moreira da Silva. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=rktFJYWTS8>

O sistema processual penal brasileiro precisa de um juiz de garantias?

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 6.298
Decisão Liminar Min. Luiz Fux
Petição inicial
Exposição de motivos da Lei 13.964/2019

Preparação complementar:

- Podcast Criminal Player Ep. 65 - *Liminar do Ministro Luiz Fux e o Juiz das Garantias*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0C1S0YWj2fDiv3qYGxPnx4>

Atividade econômica vs serviço público: É possível a separação? O caso da ADPF dos Correios

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 46/DF:
Ementa, acórdão, relatório e extrato de ata (p. 20-40; p. 225-227)
Voto Min. Eros Grau (p. 87-93)
Voto Min. Marco Aurélio (p. 41-86)
Voto Min. Gilmar Mendes (p. 116-117; p. 201-224)
Disponível em:
<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=608504>

Preparação complementar:

- ADPF 46/DF:
Íntegra do acórdão
- ADPF-ED 46/DF:
Petição inicial (p. 1-5)

Leitura de formação:

- MESQUITA, Clarissa Ferreira de Melo. *O regime jurídico do setor postal: desafios contemporâneos e perspectivas para o setor*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da USP, 2012. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-15052013-152156/pt-br.php>

Preparação básica (obrigatória):

- ADIs 6.421 e 6.428
Amicus curiae da sbdp
Voto Min. Barroso
Voto Min. Gilmar Mendes

Preparação complementar:

- GABRIEL, Yasser. *Apagão da inovação pública?*. Portal JOTA. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2022/10/05.10.22-Consensualidade-em-improbidade-e-o-papel-do-Tribunal-de-Contas.pdf>
- PALMA, Juliana Bonacorsi de; ROSILHO, André. *Constitucionalidade do Direito ao Erro do Gestor Público do art. 28 da Nova LINDB*. Revista da CGU, Volume 13, Nº 23, Jan-Jun 2021. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/386/266

Leitura de formação:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União (relatório de pesquisa). 2021, p. 11 – 48. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-LINDB-pelo-TCU.pdf>